

Con. Brasil

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMOES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Solução conjunta

A proposta do ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega, para conter o ritmo da expansão inflacionária, através de remarcações trimestrais pela média do IPC, dá a medida das preocupações do Governo com o avanço imoderado dos preços nos últimos três meses. Submetida aos setores mais atuantes da produção e da comercialização, a alternativa, recolhida para exame mais profundo, pode até não contemplar os mecanismos ideais de combate à inflação. Mas representa o esforço de racionalização para segurar uma conjuntura que só refluirá ao leito da normalidade à força de uma reforma estrutural, globalizante e profunda, insusceptível de ser adotada em um governo no ocaso de seu prestígio político e a menos de seis meses do final de gestão.

Na situação peculiaríssima em desenvolvimento, fundamental é estabelecer algum consenso entre os principais parceiros da cena econômica, empresários e Governo, para evitar a perda de controle sobre a escalada dos preços. Não só é indispensável chegar às eleições de 15 de novembro em meio a um clima sem grandes turbulências, como, também, urge prevenir agitações econômicas desestabilizadoras após a escolha do sucessor do presidente Sarney.

O agravamento da crise não pode ser atribuído apenas ao malogro da política econômico-financeira. Sabe o empresariado

que a desorganização do sistema de preços, em face de pressões inflacionárias de múltiplas origens, também é provocada, em grande proporção, por manobras especulativas e remarcações procedidas sob o impacto de depressões psicológicas do mercado. Pois, então, cabe às partes intervenientes no processo descobrirem os espaços onde devem atuar em colaboração recíproca, a fim de que se evite o anômalo crescimento dos índices inflacionários e, em consequência, o caos econômico. Aqueles segmentos que fazem o jogo sem risco da especulação financeira, ao invés de comprometerem as poupanças em investimentos produtivos, contribuem para acelerar a crise. É notório que a estagnação, por falta de incremento produtivo, pelo menos no nível da expansão demográfica, é, igualmente, uma das causas essenciais da espiral inflacionária.

Resta, portanto, incontroversa a responsabilidade solidária da iniciativa privada pela solução de um problema que, embora não lhe possa ser atribuído em seus fundamentos estruturais, também procede do comportamento de alguns de seus segmentos. Afinal, impedir que o País caia sob o domínio da hiperinflação é interesse de toda a sociedade, aí incluídos os agentes do sistema econômico, pois o holocausto financeiro não distingue as suas vítimas.